

“MAL PARA NÓS, BEM PARA O MUNDO?” - UM OLHAR ANTROPOLÓGICO SOBRE A CONSERVAÇÃO AMBIENTAL NO PARQUE ESTADUAL TURÍSTICO DO ALTO RIBEIRA (PETAR)

‘IS IT BAD FOR US AND GOOD TO THE WORLD?’ – AN ANTHROPOLOGICAL OVERVIEW ABOUT ENVIRONMENTAL CONSERVATION IN ALTO RIBEIRA STATE PARK (PETAR)

Pedro Castelo Branco Silveira¹

Fundação Joaquim Nabuco
pedro.silveira@fundaj.gov.br

Resumo

O artigo trata da desconstrução da oposição entre interesse local e interesse global nos conflitos relativos à conservação da mata atlântica. Apresenta-se estudo de caso sobre duas comunidades localizadas no entorno e no interior do Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (PETAR), Bairro da Serra e Bombas, estudadas entre os anos de 1998 e 2001. Analisando-se os conflitos presentes nos dois casos, que se constituíram em torno da permanência e do uso de recursos da floresta pelos grupos locais e dos quais fizeram parte diversos atores sociais, privilegia-se uma abordagem que trate de arenas ou campos de conflito em que estão em jogo múltiplos interesses, coletivos e individuais, ao invés de uma perspectiva que reduz os conflitos a uma falsa oposição entre interesses globais mais legítimos que interesses locais.

Palavras-Chave: Antropologia e Meio Ambiente; Vale do Ribeira; Conflitos Ambientais; Local e Global; Mata Atlântica.

Abstract

The article is about the deconstruction of the opposition between local and global interests in conflicts related to the conservation of the Brazilian Atlantic Rainforest. We present a case study conducted between 1998 and 2001 in two communities located inside and on the edge of the State Park of the Alto Ribeira River (PETAR) (Bairro da Serra and Bombas, respectively). We analyze the conflicts that in both cases are related to permanence in the area and the use of forest resources by local groups. We assert that it is better to deal with these conflicts as arenas or fields of multiple interests, rather than taking a stand that reduces the conflicts to a false opposition between legitimate global interests and illegitimate local ones.

Key-Words: Anthropology and Environment; Ribeira River Valley; Environmental Conflicts; Local and Global; Atlantic Rainforest.

Introdução: o local e o global na conservação da Mata Atlântica

O objetivo deste artigo é desconstruir a suposta oposição entre um *interesse local* e um *interesse global* nos conflitos relativos à conservação da mata atlântica paulista. A desconstrução desta dicotomia, pelo lado teórico, presta-se a lançar um olhar antropológico sobre um tema de estudo recente, os conflitos em torno da conservação da natureza, com base em matrizes teóricas que se prestam a analisar mudanças sociais. No plano político, o artigo pretende contribuir para o debate travado no plano das políticas públicas e dentro do próprio movimento ambientalista, sobre uma avaliação das estratégias atuais de conservação de florestas tropicais.

Na literatura relativa à conservação e uso de recursos naturais, os termos *local* e *global* são utilizados de diversas maneiras e com diversos significados. A análise que faço aqui se refere à idéia de que haveria uma oposição entre *interesses locais* e *interesses globais* quando se deseja que uma área florestal seja conservada. Os *interesses locais* seriam de ordem mais “egoísta” e estariam relacionados ao uso dos recursos de um local sem a preocupação com a inserção destes recursos em uma problemática ambiental mundial. Os *interesses globais* estariam relacionados a uma visão mais ampla da questão ambiental e seria compartilhada por grupos conservacionistas interessados na preservação dos recursos de certo local considerado importante do ponto de vista ecológico.

Desta forma, teríamos como representante em carne e osso do defensor do interesse local o morador das áreas de remanescentes de mata atlântica, que, por sua necessidade de usar diretamente a floresta, estaria se contrapondo aos esforços globais de conservação. O defensor do interesse global estaria representado concretamente na ação de grupos conservacionistas presentes em órgãos estatais, em organizações não governamentais ou em empreendimentos privados. Tais grupos estariam defendendo os interesses da *humanidade como um todo*, ou seja, a conservação da *biodiversidade* e dos *serviços ambientais* que a floresta atlântica provê.

A principal consequência moral de se considerar absoluta esta oposição simplificadora é a justificação de políticas de conservação em que o *interesse global* sobressaia sobre o *interesse local*, ou seja, que na defesa das *questões ambientais globais* muitas vezes é necessário passar por cima das *questões sociais locais*.

O ponto de vista que nos leva a negar esta oposição parte de alguns princípios que dizem respeito às relações entre cultura, política e ambiente. Em primeiro lugar, tentemos analisar o que está caracterizado acima como *interesse*. Podemos pensar o *interesse* como a defesa de um projeto de futuro, no caso um projeto coletivo (Sartre, 1967). Este projeto coletivo de futuro tem raízes culturais, se entendermos cultura como um processo dinâmico de permanência ou mudança de estrutura e organização social (Sahlins, 1992), códigos de conduta (Geertz, 1978) e identidades coletivas (Barth, 1969; Cunha, 1987). Ou seja, os projetos coletivos têm raízes nas experiências coletivas e individuais passadas, mas alteram-se permanentemente. Os projetos de sociedade, assim como toda a sociedade, constituem-se num processo.

Tomemos como exemplo a criação de unidades de conservação ambiental. Se nos EUA do final do século XIX o principal argumento para a criação de um parque nacional era a preservação de momentos de apreciação estética de um ambiente primitivo para as populações urbanas, atualmente o projeto envolvendo a criação do mesmo tipo de estrutura institucional invariavelmente se justifica por argumentos como a conservação da biodiversidade e a manutenção de serviços ambientais (Miller, 1997). De forma análoga, o projeto de reforma agrária que manteria o modo de vida dos *povos da floresta*, defendido pelo Conselho Nacional dos Seringueiros e liderado por Chico Mendes nos anos de 1980 transmutou-se no projeto sócio-ambiental das Reservas Extrativistas, dada uma convergência entre projetos de seringueiros e

ambientalistas, naquele período (Cunha & Almeida, 2000).

Entendemos, portanto, que diferentes demandas socialmente construídas, configuradas ou não em projetos claros (Nunes, 1989), estão constantemente em choque na sociedade contemporânea. Podemos dizer, assim, que vivemos em uma sociedade que se transforma pelo conflito (Touraine, 1989). Uma maneira de analisar estes conflitos é por meio da definição de atores sociais. Estes atores sociais constituem-se em grupos com projetos distintos, mas de nenhuma maneira são grupos homogêneos ou monolíticos. Os projetos coletivos, da mesma forma, são compreendidos de forma diferente por diferentes indivíduos, que terão ações diferenciadas nas arenas configuradas pelos conflitos.

Em síntese, podemos dizer que na sociedade configuram-se arenas de conflitos em que se enfrentam atores sociais diversos (definidos pelo olhar do pesquisador), cada qual defendendo seus próprios projetos, que estão sempre em construção e desconstrução. Estes projetos são baseados no *habitus* de seus participantes (Bourdieu, 1992), ou seja, por uma matriz constituída pela eterna reinterpretação, na ação cotidiana, de seus valores culturais.

Se falamos em conflitos relacionados a como normatizar o acesso ao que chamamos *natureza*, aqui vale a pena acrescentar mais uma idéia há muito canonizada na antropologia social, a de que as fronteiras entre o natural e social são construídas socialmente, variando em uma mesma sociedade ao longo do tempo (Thomas, 1998), ou de uma sociedade para outra (Viveiros de Castro, 1996). Além disto, a *natureza* (ou como quer que se classifique o que não é humano) é fonte inesgotável de analogias e metáforas sobre a sociedade (Thomas, 1998). Podemos, portanto, acrescentar em nossa análise que tanto o conservacionismo como outros projetos de relação das florestas com o futuro da humanidade refletem relações sócio-ecológicas localizadas cultural e historicamente.

Dissemos que alguns grupos conservacionistas são portadores de projetos justificados em nome de um *interesse global*, colocando-se como porta-vozes seja de toda a humanidade, da natureza ou das gerações futuras. Sem desmerecer moralmente esta "representação nativa" enquanto utopia, o que nos parece face às linhas acima é que, mais que um *interesse global*, o projeto conservacionista defende interesses próprios dos atores, que acreditam sê-lo o melhor para toda a humanidade. É um projeto de sociedade, como outros existentes, formulado e defendido em geral

por atores sociais com seu *habitus* formulado no contexto dos centros urbanos, ou seja, sem uma história de vida relacionada ao uso direto das florestas. O projeto conservacionista tem se estabelecido em uma posição privilegiada de poder nos últimos anos, quando a questão da *conservação da biodiversidade* e do *uso racional dos recursos naturais* ganhou legitimidade na arena da política internacional (Barretto Filho, 2001). Se este projeto se opõe ao projeto do desenvolvimentismo inconseqüente, muitas vezes pode se chocar com projetos e interesses de outros grupos que, também marginalizados pelos projetos desenvolvimentistas, tem uma relação de uso direto sobre as florestas. Vejamos agora um estudo de caso que nos ajuda a pensar a relação entre processos sociais concretos e estes embates de interesses.

O caso do PETAR

O estudo de caso que apresentamos aqui é baseado em a uma pesquisa antropológica realizada entre os anos de 1998 e 2001 como parte do grupo de pesquisa coordenado por Lúcia Ferreira (NEPAM/ Unicamp) no projeto interdisciplinar "Floresta e Mar: usos e conflitos no Vale do Ribeira e Litoral Sul de São Paulo". Refere-se à arena de conflitos configurada em torno de uma área florestal montanhosa do Vale do Ribeira, no município de Iporanga, sul do estado de São Paulo.

A região é historicamente habitada principalmente por descendentes de escravos, indígenas e colonizadores que chegaram à região no século XVI, quando Iporanga viveu um curto ciclo econômico de garimpo de ouro (Figueiredo, 2000). Os moradores da região organizaram-se em núcleos frouxos de povoamento fortemente ligados por laços de parentesco, chamados posteriormente de *bairros*.

O modo de vida dos moradores pode ser definido como agro-extrativista, extremamente dependente da floresta. Era praticada a agricultura itinerante ou roça de capuava (Petroni, 1961; Adams, 2000), que depende da abertura de pequenas clareiras na mata para o plantio de uma rotação de culturas que inclui principalmente o arroz, o feijão e o milho. Criavam-se de forma extensiva porcos, galinhas e outros animais domésticos, alimentados pela roça e pela floresta.

Outras formas de relação material com a floresta circundante eram a retirada de madeira para uso doméstico (lenha, construções), caça, coleta de frutos (muitas vezes plantados pelos antigos moradores) e de plantas úteis, como as de uso medicinal. A paisagem da região constituía-se, portanto, em um mosaico de áreas em uso, áreas de

floresta em regeneração e áreas de floresta pouco alterada.

Mesmo que o Vale do Ribeira (principalmente o Alto Vale) tenha participado de forma apenas marginal do processo de urbanização e industrialização do estado de São Paulo (Vieira & Mirabelli, 1989) e que o modo de vida dos moradores tenha sido historicamente compatível com a permanência de uma paisagem florestal, ainda assim não se pode analisar a realidade social da região sem levar em conta a interação dos moradores com o restante do país. De princípio, a produção de arroz, para os moradores da beira do Rio Ribeira, e de porcos para a região abrangida por este estudo de caso, era vendida para regiões fora do Vale. A economia dos moradores da região, portanto, sempre dependeu, por um lado, da relação agro-extrativista com a floresta, e, por outro, de aquisição de dinheiro para obtenção de itens não produzidos localmente. É certo que a auto-suficiência dos moradores era muito maior décadas atrás do que atualmente, tendo sido aumentada, hoje, a necessidade de dinheiro.

No século XX, alguns empreendimentos capitalistas chegam à região, como companhias mineradoras de chumbo e calcário e fazendas de gado. Por um lado estes empreendimentos criaram conflitos fundiários com habitantes locais, já que a forma de apropriação e herança da floresta era baseada no uso e não na propriedade da terra (Paoliello, 1999). Por outro lado, geraram empregos para alguns membros das famílias agro-extrativistas. Outro empreendimento importante na região que teve a mesma função foi o corte de palmito da palmeira juçara (*Euterpe edulis*), tornado ilegal e agenciado principalmente por atores sociais externos.

Este cenário apontava para o desalojamento definitivo da floresta e também para uma gradual expropriação das terras historicamente ocupadas pelos habitantes locais, sujeitando-os à condição de mão de obra assalariada ou à migração. Entretanto entram aí novos atores sociais para modificar a história do local.

A região do Alto Ribeira onde se configuram os conflitos apresentados aqui é a que contém a maior concentração de cavernas calcárias do estado e que faz parte da maior área contínua de mata atlântica remanescente. Além de alguns empreendimentos minerários, existia na região, na década de 1950, uma sede do Instituto Geológico e Geográfico, órgão do Governo do Estado encarregado de pesquisas sobre minerais. Tínhamos então em 1958 uma arena de conflitos constituída pelos seguintes atores sociais:

- a) Grandes empreendedores com interesses capitalistas que tentavam com pouco sucesso explorar a região;
- b) Pesquisadores da área geológica que militavam pela proteção das inúmeras cavernas da região, com o apoio de atores da imprensa;
- c) Atores do governo estadual, ligados ao então governador Jânio Quadros com projetos de desenvolvimento turístico em um paraíso ecológico e/ou com interesse de resguardar recursos florestais no modelo americano de Parques Nacionais.
- e) Moradores, sentindo-se ameaçados ao mesmo tempo pelos empreendimentos e pelo parque, mas de forma geral alinhando-se contra a implantação do Parque.

Neste período um personagem fundamental no desfecho dos acontecimentos foi Clayton Lino, arquiteto, espeleólogo e hoje personalidade importante no cenário do ambientalismo brasileiro. Lino conseguiu articular a implantação do PETAR liderando a equipe da SUDELPA, tendo forte influência entre os espeleólogos e proximidade com os moradores do local que se tornou o centro do turismo na região, o Bairro da Serra.

Este embate transformou pouco mais de 37 000 hectares de uma região de florestas, repleta de moradores sem o título da terra, e comprada ou *grilada* por empreendedores externos, no Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira, o PETAR. A questão em jogo era transformar o local em área protegida voltada ao turismo de habitantes da cidade, a princípio com uma base estatal de infraestrutura. O turismo incluiria caça e pesca, ou seja, uso direto da floresta (Figueiredo, 2000; Silveira, 2001). Os moradores da região e o poder municipal parecem ter tido pouco poder de participação nesta arena. A criação do PETAR, na realidade, trouxe poucas modificações ao cotidiano dos moradores, pois o parque permaneceu sem implantação por mais de 20 anos.

O desfecho destes conflitos foi a implantação do PETAR, a paralisação de todos os grandes empreendimentos e o estabelecimento do ecoturismo como projeto de desenvolvimento para a região. Os moradores almejavam a continuidade de sua economia agro-extrativista e a demandavam atividades que gerassem salário a parte da família, em uma relação de assistencialismo e clientelismo com o poder público municipal. Com a implantação do PETAR, os moradores da região não foram retirados, mas tiveram que readaptar seus projetos e organização social à nova realidade que se apresentava. Vejamos agora como este processo se deu em dois *bairros* de Iporanga, ambos localizados na região sul do PETAR. Ambos partiram de realidades sócio-ambientais semelhantes e realizaram trajetórias bem diferentes nos últimos anos face ao modo como se colocaram nos conflitos.

No início dos anos de 1980, uma nova arena de conflitos se configurou no Alto Ribeira. Ela incluía novos atores sociais que se relacionavam com a região:

- a) Espeleólogos (exploradores de cavernas), organizados em torno de grupos espeleológicos e da Sociedade Brasileira de Espeleologia, SBE. Partiu destes atores sociais a reivindicação de que o PETAR fosse de fato implantado, e que as matas e as cavernas fossem resguardadas;
- b) Funcionários da Superintendência de Desenvolvimento do Litoral Paulista (SUDELPA), ligados ao então governador Franco Montoro, que tinham como objetivo a implantação das diversas unidades de conservação ambiental do Vale do Ribeira criadas ao longo do tempo, sendo o PETAR uma área-piloto;
- c) Novos empreendedores (madeireiras, mineradoras e outros) instalados ou com objetivos de se instalarem na região;
- d) O poder municipal, alinhado com os empreendedores e com atores envolvidos com o corte de palmito;

O Bairro da Serra

O Bairro da Serra era, no período da pesquisa, uma aglomeração de mais ou menos 110 casas espalhadas pelo vale do Rio Betari, beirando a estrada que liga Iporanga ao município de Apiaí, construída na década de 1930. Na proximidade do bairro encontravam-se dezenas de cavernas que são visitadas por turistas freqüentemente. O bairro localiza-se no entorno do PETAR, sendo cercado por ele por todos os lados menos um. Se no período da criação do PETAR o centro das atenções foi a região de Caboclos, no norte do parque, no período da implantação o Bairro da Serra tornou-se o palco principal da arena de conflitos e do projeto de desenvolvimento do turismo.

Foi no Bairro da Serra que começaram a aportar os primeiros espeleólogos, na década de 1960. A caverna Santana, hoje a principal atração turística da região, fica a aproximadamente 10 km do bairro. Foi no círculo de espeleólogos que freqüentavam o Bairro da Serra que surgiu a Sociedade Brasileira de Espeleologia. Foi lá também

que os primeiros moradores do local passaram a receber turistas em suas casas e guiá-los na mata. A área do bairro que ficou fora do parque não permite a perpetuação de um modo de vida agro-extrativista. As mineradoras e outros empreendimentos fecharam as portas. A fiscalização passou a ser intensiva no local e os turistas começaram a chegar cada vez com mais frequência. Alguns dos moradores que tinham mais proximidade com os agentes externos foram contratados como funcionários da caverna Santana. Os moradores viram-se, portanto, obrigados a assumir o turismo como projeto de futuro, viver na economia clandestina do palmito ou migrar. Como consequência de tudo isso, o projeto do desenvolvimento do turismo se impôs de forma inexorável aos moradores do Bairro da Serra.

Os anos de 1990 viram a transformação de alguns turistas em moradores do Bairro da Serra. Estes novos moradores juntamente com turistas que tinham proximidade com os moradores antigos fundaram a Associação Serrana Ambientalista (ASA), que incorporou com o tempo membros das famílias antigas do bairro, principalmente jovens. A ASA transformou-se em importante instrumento de reivindicação do Bairro da Serra, sendo a responsável pela articulação do primeiro curso de monitores ambientais, que tinha como objetivo a capacitação dos jovens da região para o trabalho com os turistas. A ASA tornou-se representante oficial do bairro da Serra em diversas instâncias de decisão municipal, regional e estadual.

Vê-se então que a pauta das negociações entre Estado e moradores, permeada pela participação de espeleólogos, operadores de ecoturismo e ONGs, deu-se em torno de como o turismo pode resolver os conflitos criados pela implantação do PETAR. Há, entretanto, no Bairro da Serra, um grande descontentamento dos moradores com as mudanças sociais ocorridas. Este descontentamento passa por duas vertentes: a primeira é relacionada a uma interrupção nas formas costumeiras de sociabilidade, baseadas na agricultura, caça e outras atividades agro-extrativistas. A sociabilidade criada pelo turismo cria outros parâmetros de status social e conecta os moradores ao universo urbano-industrial dos turistas, fato que pode ser percebido de forma evidente na crescente urbanização do local. Gerou-se na fala dos moradores uma nostalgia pelo *tempo dos antigos*, que era tomado como referência para criação de uma identidade de *morador tradicional* na reivindicação de direitos (Silveira, 2007). Como grande parte dos moradores é fiel há algumas décadas da igreja evangélica Congregação Cristã do Brasil, muitas vezes a situação de mudanças de valores em que os moradores estão colocados é

relacionada ao Apocalipse, e a adesão à doutrina da Igreja aparece como forma de salvação.

A segunda vertente de descontentamento tem ares mais concretos: refere-se ao fato de que o projeto turístico apresenta-se como solução inacabada no Bairro da Serra. Primeiro porque é um consenso entre moradores e atores externos que o turismo já chegou ao seu limite de intensidade suportável no Bairro da Serra, e mesmo assim não é capaz de oferecer emprego a todos os moradores. Desta forma, ainda é grande o movimento de saída e retorno dos moradores, rumo a centros urbanos como Sorocaba, São Paulo, Campinas ou Itu. Em segundo lugar, porque economia do turismo como única opção gerou um agigantamento da estratificação social no Bairro da Serra, sendo que os mais pobres não têm mais a roça como supridora da alimentação familiar. Em terceiro lugar, porque os impactos relativos à rápida urbanização do bairro têm trazido conflitos com a administração do PETAR, a cargo do Instituto Florestal, um órgão da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, que têm tentado controlar a todo custo as construções no bairro.

Apesar de tudo isto, não havia, no período abrangido pela pesquisa, outra forma possível de negociação de conflitos no Bairro da Serra que não passasse pelo projeto turístico. O Bairro da Serra, na verdade, é considerado exemplo de ecoturismo bem desenvolvido no Vale do Ribeira, por conta da atuação dos moradores como donos de pousadas ou monitores ambientais.

Bombas

Bombas localiza-se a poucos quilômetros do Bairro da Serra, mas o acesso ao local é difícil. Só se alcança Bombas por uma trilha e não se demora menos de uma hora para alcançar a primeira casa quando se parte da estrada. Em 2001 eram 13 casas espalhadas ao longo de uma região montanhosa de aproximadamente 2000 hectares, completamente incluída no perímetro do PETAR. Constitui dois núcleos de povoamento mais demarcados, chamados pelos moradores de *Bombas* (propriamente dita) e *Cotia*, conforme a proximidade com os córregos homônimos. Nas descrições municipais constam os nomes *Bombas de Baixo* e *Bombas de Cima*, respectivamente. As casas são de pau-a-pique, espalhadas pelo mosaico de florestas secundárias e florestas conservadas, não se encontrando vestígios de urbanização.

A trajetória dos moradores de Bombas é bem diversa da dos moradores do Bairro da Serra. Mesmo após a implantação do PETAR, dado o

difícil acesso, o menor interesse turístico na região e a complexa situação fundiária, Bombas não teve incentivos ao turismo nem foi alvo de fiscalização rigorosa. Se o Bairro da Serra encaixou-se perfeitamente no projeto do ecoturismo com base local, Bombas tem permanecido relativamente marginal a este processo. A "solução" que tem sido proposta para Bombas na ação dos atores sociais presentes na atual arena do PETAR é o que se poderia chamar de *não-solução*, ou seja, dado o campo das possibilidades instrumentais (Sartre, 1967) atualmente configurado, o caminho encontrado para mitigar os conflitos é o de se manter os moradores numa situação de clandestinidade permissiva, respeitando sua presença, mas criando empecilhos para as atividades agro-extrativistas em um código informal de conduta construído ao longo dos conflitos.

Dada esta situação concreta, os processos sociais ocorridos em Bombas podem ser sistematizados da seguinte forma:

- a) A venda de arroz, feijão e porcos tornou-se mais difícil na região por conta da dificuldade de concorrência com produtos vindos de fora do município, tendo desaparecido as rotas de comércio destes itens com mercados externos;
- b) As necessidades de itens industrializados aumentaram para os moradores, sendo que o poder aquisitivo continuou baixo.
- c) Grande parte dos moradores migrou, para trabalharem principalmente como meeiros nas plantações de tomate das regiões próximas, ou nas áreas urbanas dos municípios de Apiaí e Iporanga.
- d) Alguns moradores se envolveram com a extração clandestina do palmito como forma de geração de renda auxiliar à família. Atualmente esta atividade encontra-se praticamente inviável pela pequena quantidade de palmeiras adultas que restaram no bairro.
- e) Para os moradores que não migraram ou que retornaram, a diminuição da população gerou dificuldades nas redes de trabalho, que envolvem mutirões (*puxirões* ou *reunidas*) e troca de serviços (*troca de dias*). A principal forma de trabalho na roça hoje é a que utiliza apenas a mão de obra doméstica, impossibilitando uma produção satisfatória para os agricultores.
- f) As sucessivas saídas e voltas dos moradores geraram *grilagem* de terras por agentes externos e conflitos entre os moradores aparentados por conta da venda de terrenos a terceiros. Por conta

da existência do parque, os agentes externos não puderam ocupar a região. Os moradores restantes continuam, dessa forma, habitando a área historicamente ocupada por seus antepassados.

- g) Os jovens que desejam estudar além da quinta série ou trabalhar com o turismo mudam-se para a sede do município ou para o Bairro da Serra.

Em síntese, os habitantes atuais de Bombas são aqueles que resistiram à migração ou que migraram e retornaram por não encontrar condições de vida adequadas fora do bairro. Alguns insistiram na agricultura contando com uma ou duas aposentadorias rurais como renda da casa. Outros são ex-plantadores de tomate que retornaram, ou ex-cortadores de palmito. Todos vivem de uma economia agro-extrativista realizada em uma escala inferior ao que consideram ideal. A título de analogia, poderíamos dizer que são os remanescentes de um bairro localizado nos remanescentes da mata atlântica. Os atuais moradores, entretanto, manifestam a vontade de permanecer. A ausência de *progresso* aliada à dificuldade prática de se criar novas formas de organização social com base nas formas antigas causa, do ponto de vista emocional, um sentimento de *desânimo* nos moradores, tornando Bombas um território marginal, povoado por pessoas clandestinas em sua própria terra.

Ocorreu assim em Bombas um processo que dificulta a reprodução das formas costumeiras de sociabilidade e produção. A impossibilidade de pactuar acordos, dada a arena configurada, coloca os moradores em uma situação de clandestinidade, com impactos em sua qualidade de vida dos moradores e expectativa de futuro. O processo incentiva também uma relativa anomia com relação ao uso da floresta, pois as regras costumeiras são desconsideradas pelos gestores da conservação por se oporem à legislação do Parque. Não existe espaço político para pactuar novas regras de uso.

No campo de possibilidades configurado no período da pesquisa, o único projeto que aparece viável para os moradores é a reivindicação do território historicamente ocupado por conta do reconhecimento de Bombas como comunidade remanescente de quilombo, como tem ocorrido com outros *bairros* de Iporanga com apoio do Instituto de Terras (Itesp), órgão ligado à Secretaria Estadual de Justiça (SJDC, 2000). Este reconhecimento, segundo precedentes legais, provavelmente implica o recuo das divisas do PETAR. Os moradores de fato solicitaram o reconhecimento no ano 2002, tendo sido produzido um relatório técnico-científico a respeito (Silveira, 2003) indicando que a

comunidade se enquadra nos critérios legais para o reconhecimento². Resta saber que nesta nova configuração institucional haveria interlocutores, entre os atores externos, para que a *solução-quilombo* se torne sustentável.

Interesse local versus interesse global ou simplesmente uma arena de conflitos?

No estudo de caso apresentado vemos claramente que existem grupos sociais em ação com interesses diversos. Por um lado temos dois projetos modernizadores, um baseado na obtenção de matérias-primas como minérios e madeira para alimentar a expansão urbano-industrial do estado. O outro projeto modernizador é baseado na idéia de que é necessária a exclusão da área de remanescente florestal do desenvolvimento urbano-industrial insustentável e nela incluir atividades de geração de capital que não impliquem no uso direto da floresta, aparecendo o turismo como a solução ideal. Vimos que no desenrolar do histórico dos conflitos o segundo projeto tem obtido uma posição de poder sobre o primeiro. Assim foi possível a implantação do parque turístico.

Os atores responsáveis pelo projeto desenvolvimentista são empreendedores que não têm uma relação de vivência na região e que empreendem atividades em outros locais. São empresários que entendem a região como geradora de capital. O conjunto dos atores sociais responsáveis por levar o projeto turístico é diverso, e conta com espeleólogos que passaram a ser operadores de ecoturismo, funcionários do Estado e, mais recentemente, moradores do Bairro da Serra e outras áreas de Iporanga que se viram historicamente desprovidos do direito de desenvolver atividades agro-extrativistas.

O PETAR leva gravado em seu nome a marca de um projeto claro de futuro para a região ("parque turístico"). Os atores que militaram por este projeto são aqueles que desenvolveram uma relação afetiva com as cavernas e florestas do Alto Ribeira, tendo como objetivo resguardar a integridade de seu paraíso. Este é o caso dos espeleólogos na época da implantação do PETAR (anos de 1980) e de profissionais da área geológica que trabalhavam na região, na época da criação do parque (anos de 1950). Este projeto conservacionista modernizador sustentou-se politicamente por dois motivos: primeiro porque era consoante com os debates travados na arena da política internacional, que traziam o argumento do *interesse global*; em segundo lugar, porque nos dois momentos, da criação e da implantação do PETAR, os atores

sociais responsáveis pelo projeto do parque turístico tinham influência considerável nos governos estaduais.

Os atores não-moradores envolvidos no projeto do parque turístico têm de forma geral seus valores culturais formados em um contexto de degradação ambiental urbana. A floresta seria a antítese concreta de uma urbanidade insustentável, o que justifica sua transformação em área intocável. O parque turístico pode ser, portanto, justificado como a defesa do direito das populações urbanas de ter a floresta como referência para uma alternativa à urbanidade, mais do que a defesa de um interesse global. Por isto mesmo é dada grande ênfase, entre os que defendem este projeto hegemônico, ao trabalho de *estudo do meio* (Mendonça e Neiman, 2002) que é realizado no PETAR, por diversos grupos, com crianças e jovens das escolas particulares da capital e de grandes cidades do interior de São Paulo.

Quanto aos moradores, vimos que há uma heterogeneidade de situações e trajetórias. Os que se alinham com o projeto do parque turístico, no caso de parte dos moradores do Bairro da Serra e da sede do município, têm nele uma justificação diversa da dos atores externos: fica claro que a via turística é a única maneira de pactuar soluções e fixar os moradores à região natal. A convivência com o turismo é incorporada ao *habitus* dos jovens monitores e dos donos de pousadas, que muitas vezes passam a apresentar posições ambíguas nas falas, valorizando o passado, mas defendendo a inexorabilidade do futuro. Comparo a situação do Bairro da Serra à do macaco do conto "Relato a uma Academia", de Kafka, que é aprisionado na África e trazido à Europa. Percebendo que sua única saída de futuro viável é transfigurar-se em ser humano, passa a imitar os marinheiros do navio e logo vira um astro do teatro de variedades. Da sua posição de humano incompleto, mas bem sucedido, passa a desdenhar sua antiga condição de macaco, justificando o processo repressivo pelo qual passou. Ou seja, somente da posição de "domesticados" pelo turismo é que os moradores têm conseguido se impor como interlocutores na arena de conflitos.

As realidades para as quais o turismo não pode ser fornecido como moeda de troca pelo antigo modo de vida, como é o caso dos moradores de Bombas e de parte dos moradores do Bairro da Serra, são encaradas na arena dos conflitos como becos sem saída. Isto ocorre porque os moradores com códigos de conduta que partem do princípio de que a floresta existe para ser usada (e que certas práticas a tornam perene, e outras a destroem) não foram capazes de construir, face às situações de

poder configuradas nas arenas de conflito, um projeto coletivo alternativo de futuro para a região que pudesse entrar em diálogo com as políticas provenientes das arenas internacionais. Neste sentido os moradores da região repetidamente definem-se como *pequenos* e oposição aos *grandes*, portadores de projetos modernizadores, sejam eles interessados em conservar ou em destruir a floresta.

Caminhos

Utilizamos no decorrer deste artigo, ao analisar as condições concretas em que a arena de conflitos se configura, o conceito de *campo de possibilidades instrumentais*, definido por Sartre (1967). Podemos entender que mudanças neste campo de possibilidades instrumentais tornam viável a proposta de novos projetos coletivos e a transformação dos velhos projetos, constituindo novas arenas de disputa.

Atualmente um dos determinantes simbólicos da manutenção da posição de poder do conservacionismo sem presença humana é uma confusão entre escala e interesse, ou seja, a idéia de que o olhar numa escala maior (*global*) é mais abrangente do que o olhar em uma escala mais reduzida (*local*). Assim, os que olham em uma escala global teriam a solução correta para os problemas, pois defenderiam os interesses de toda a humanidade (*interesses globais*). A falha epistemológica está justamente na desconsideração das experiências localizadas como relevantes para encontrar soluções de sustentabilidade, isto é, a necessidade do cruzamento de olhares em diferentes escalas para se construir o que se deseja um olhar global. Este olhar global, necessidade construída na modernidade, talvez não tenha condições de se concretizar de forma absoluta, a não ser como uma multiplicidade de *olhares globais* que podem ser conflitantes entre si.

Se tomarmos por princípio que não há uma dicotomia entre *interesses globais* e *interesses locais* na arena da institucionalização da conservação na região do PETAR, desvenda-se uma realidade em que os antigos habitantes da região de florestas não têm conseguido estabelecer um diálogo político com outros atores sociais em uma posição de poder confortável. A reversão no balanço de poder desta arena se daria pela inclusão de duas condições ao campo de possibilidades instrumentais:

a) A revisão do sistema de institucionalização do controle da floresta, que reverta a condição de clandestinidade das atividades agro-extrativistas numa chave de busca de sustentabilidade, que poderia ser obtida pela reclassificação das áreas

habitadas do PETAR em categorias como reservas extrativistas, quilombos ou mesmo áreas de proteção ambiental e baseadas em planos de uso definidos coletivamente, e não em controle policial das atividades;

b) O aumento do poder de mediação das políticas ambientais por instituições locais legítimas, pela abertura de espaços de diálogo que escapem da solução *parque turístico* e de relações clientelistas e assistencialistas com relação aos moradores.

Se um diálogo político legítimo não ocorre, outras formas de diálogo têm ocorrido nas relações subjetivas entre indivíduos e grupos que participam dos conflitos. Um exemplo interessante é a forma como espeleólogos e moradores do Bairro da Serra têm construído conjuntamente conhecimentos sobre a atividade de exploração de cavernas, pondo em diálogo as experiências do ator externo com as experiências do morador. Este conhecimento híbrido constituído em uma relação de poder equilibrada e tem sido útil para o desenvolvimento da espeleologia no PETAR. Proponho aqui que este tipo de hibridização de saberes pode ser institucionalizado como forma de definição de critérios de gestão da floresta.

Autores como Escobar & Pedrosa (1996) e Cunha & Almeida (2002) têm propostas semelhantes, aplicáveis respectivamente aos seringueiros do Acre e a populações negras do Pacífico Colombiano. Escobar & Pedrosa (1996) afirmam que não existe uma grande alternativa para a realidade que estuda, mas que o alternativo é construído diariamente pela experiência cotidiana dos povoadores das áreas florestais, ativistas e outros atores sociais.

Parte dos espeleólogos, operadores de turismo e turistas de longa convivência com o PETAR têm tentado interagir de forma construtiva com os moradores da região, alguns de forma assistencialista, outro procurando interações de outra ordem. Geralmente estas interações são voltadas à escola do Bairro da Serra e aos monitores ambientais. Isto significa que há entre atores externos a compreensão da situação complexa em que os moradores estão envolvidos e uma predisposição a atuar conjuntamente, havendo-se condições favoráveis.

Por outro lado, em conversas com moradores das florestas de Iporanga, em diversos momentos aparecem esboços de propostas de *uso sustentável* da floresta baseadas em suas próprias experiências. Estas propostas não se constituem em um projeto coletivo por não encontrar interlocutores entre

aqueles que pretendem que a floresta seja conservada. Sendo assim, o perigo que se abate sobre os remanescentes da Mata Atlântica do Alto Ribeira é que a representação de que os moradores são destruidores da floresta se materialize como realidade cruel, como já ocorre no caso do corte clandestino do palmito juçara. Sem diálogo com atores ambientalistas para além do turismo, os atores desenvolvimentistas constituem-se em interlocutores para projetos de futuro de moradores excluídos do turismo. A reeleição em Iporanga, em 2001, de um prefeito caçado por corrupção, justifica-se em grande parte por este apresentar uma plataforma desenvolvimentista e avessa ao ambientalismo.

Conclusões

Neste artigo procurei mostrar que os conflitos relativos ao uso e conservação das florestas do Alto Vale do Ribeira não se resumem a uma oposição entre *interesse local* versus *interesse global*, mas a uma arena de conflitos em que interagem atores sociais com projetos de futuro próprios, baseados em valores e éticas construídos socialmente. Os diferentes interesses devem ser vistos não como uma escala de valor moral, mas como projetos que se fazem e refazem, tentando assumirem-se como realidade futura.

O estudo de caso apresentado mostra como um projeto coletivo, o do *parque* turístico, formulado em uma matriz cultural urbana, obteve meios materiais para impor-se como realidade nas arenas de conflito constituídas. Neste contexto os moradores da região não foram capazes de estabelecer um diálogo em condições equivalentes

de poder para construção de um projeto coletivo alternativo ao projeto imposto.

Se o movimento ambientalista, nas arenas da política internacional, aponta para a necessidade de construção de uma visão de cunho *global* para as questões ambientais contemporâneas, o que é considerado *local* não pode ser o oposto do *global*, e sim parte constituinte deste. Estratégias *globais* de conservação da natureza precisam levar em conta que as florestas do Alto Ribeira foram e são elementos fundamentais para a reprodução social de grupos até recentemente marginais à modernidade insustentável. Talvez possamos definir aí um outro conceito de *global* na conservação das florestas: o *global* seria então o fruto do diálogo, que pode sim ser conflituoso, entre saberes e fazeres diversos (Avanzi *et al*, 2001), na construção de uma utópica e desconhecida sociedade sustentável, em que os habitantes da floresta têm tanto a contribuir quanto os cientistas, políticos e outros atores sociais.

Agradecimentos

Uma versão *preliminar* deste artigo foi apresentada no Ciclo de Seminários do Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais (Nepam), em setembro de 2002. Agradeço aos comentários dos colegas do Nepam, em especial aos colegas do Projeto "Floresta e Mar". Agradeço também à FAPESP, à CAPES e à FAEPEX/Unicamp pelo suporte financeiro para realização da pesquisa. Agradeço ainda a Mauro Almeida (IFCH/Unicamp) pela leitura atenta e comentários. Agradeço aos moradores, profissionais e visitantes do PETAR que participaram da pesquisa e, por fim, às sugestões do revisor anônimo.

Referências Bibliográficas

- Adams, C., 2000. As roças e o manejo da Mata Atlântica pelos caiçaras: uma revisão. *Interciencia*, 25 (3).
- Avanzi, M.R.; Costa Pinto, A. B.; Nonato, R. C.; Oliveira, V. G.; Oliveira, C; Speglich, E. e Wunder, A., 2001. Reflexões Metodológicas sobre a construção coletiva de conhecimento em educação ambiental. In: Da Mata, S. F.; Gavazza, S.; Almeida, M.C.M. e Barros, R.P.: *Educação Ambiental: Projetos do Século*. MZ editora, Rio de Janeiro.
- Barretto Filho, H. T., 2001. *Da nação ao planeta através da natureza: uma abordagem antropológica das unidades de conservação de proteção integral na Amazônia brasileira*. Tese de doutorado, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo.
- Barth, F., 1969. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: Poutignat, Phillipe e Streiff-Fenart, 1998. *Teorias da Etnicidade*. Unesp, São Paulo.
- Bourdieu, P., 1992. *Economia das trocas simbólicas*. Perspectiva, São Paulo.
- Cunha, M. C., 1987. *Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade*. Brasiliense, São Paulo. 176 pp., 2ª edição.

- Cunha, M. C. e Almeida, M.W. B., 2000. Traditional people, indigenous people and conservation in Amazon. *Daedalus* 129 (2).
- Cunha, M. e Almeida, M. W. B., 2002. *Enciclopédia da Floresta*. Cia das Letras, São Paulo. 1ª edição.
- Escobar, A. e Pedrosa, A. (org), 1996. *Pacífico: desarrollo o diversidad?* Colômbia, CEREC/ Ecofondo, 377 pp.
- Figueiredo, L. A. V., 2000. "O meio ambiente prejudicou a gente..." - políticas públicas e representações sociais de preservação e desenvolvimento. Dissertação de Mestrado em Educação, FE/ Unicamp, Campinas, SP.
- Geertz, C., 1978. *A interpretação das culturas*. Jorge Zahar, Rio de Janeiro.
- Mendonça, R. & Neiman, Z., 2002. *À sombra das árvores: transdisciplinaridade e Educação Ambiental em atividade extra-classe*. Chronos, São Paulo.
- Miller, K., 1997. Evolução do conceito de áreas de proteção- oportunidades para o século XXI. Curitiba/PR, *I Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação- Anais, vol.1*, p. 3-21.
- Petrone, P., 1961. Notas sobre os sistemas de cultura na Baixada do Ribeira, SP. *Boletim Paulista de Geografia* 39.
- Sartre J.P., 1967. *Questão de método*. Difusão Européia do Livro, São Paulo. 150 pp.
- Sahlins, M. 1992. *Ilhas de História*. Jorge Zahar, Rio de Janeiro. 220 pp.
- Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania, 2000. *Negros do Ribeira: reconhecimento étnico e conquista do território*. São Paulo, Cadernos do ITESP, v. 3, 2ª edição.
- Silveira, P. C. B., 2001. *Povo da terra, terra do parque: presença humana e conservação de florestas no Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (PETAR)*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, IFCH/ Unicamp, Campinas, SP.
- Silveira, P. C. B., 2003. *Relatório técnico-científico sobre os remanescentes de quilombo de Bombas, Iporanga-SP*. Instituto de Terras José Gomes da Silva (mimeo).
- Silveira, P. C. B., 2007. *Conflitos sócio-ambientais e mobilização de identidades: um estudo de caso na Mata Atlântica*. Trabalho apresentado no 31º Reunião da ANPOCS, Caxambu-MG.
- Thomas, K., 1998. *O homem e o mundo natural*. Companhia das Letras, São Paulo, SP.
- Vieira, V. L. e Mirabelli, M., 1989. *Ocupação e povoamento do Vale do Ribeira*. Série Educação Ambiental, v. 3, Secretaria Estadual do Meio Ambiente- SP, 40 pp.

Fluxo editorial:

Recebido em: 19.04.2008

Enviado para avaliação em: 21.04.2008

Enviado para correção ao autor em: 20.05.2008

Aprovado em: 09.06.2008



A Pesquisa em Turismo e Paisagens Cársticas é uma publicação da Seção de Espeleoturismo da Sociedade Brasileira de Espeleologia (SeTur/SBE). Para submissão de artigos ou consulta aos já publicados visite:

www.sbe.com.br/turismo.asp

¹ Doutor em Ciências Sociais.

² Até o final de 2007 a situação de Bombas como quilombo reconhecido legalmente ainda não havia sido regularizada.